

# SUMÁRIO

<b>Capítulo I – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA: A PETIÇÃO INICIAL .....</b>	<b>33</b>
1.1 Observações acerca da petição inicial da reclamação trabalhista ...	33
1.1.1 Mais objetividade.....	33
1.1.2 A destacar na petição inicial: procedimentos ordinário e sumaríssimo .....	37
1.1.3 Reclamação sujeita ao procedimento ordinário .....	38
1.1.4 Reclamação sujeita ao rito sumaríssimo – Lei nº 9.957/2000 .....	44
1.1.5 Acerca do rito sumário.....	45
1.1.6 Documentos importantes a serem apresentados com a inicial.....	47
1.1.7 Inépcia da inicial: pedidos líquidos e desnecessidade de planilha de cálculos.....	47
1.1.8 Aditamento à inicial – até quando pode ser feito .....	53
1.1.9 A desistência da reclamação ou de algum pedido: até quando pode ocorrer sem depender da anuência do reclamado .....	59
<b>Capítulo II – ACERCA DA DEFESA DO RECLAMADO.....</b>	<b>63</b>
2.1 A apresentação de documentos no PJE .....	63
2.2 Do interstício mínimo para a preparação da defesa.....	66
2.2.1 O prazo para apresentação da contestação oral e da contestação escrita.....	67
2.3 Sigilo e segredo de justiça – Diferenças.....	68
2.3.1 Sigilo na resposta do réu e seus documentos.....	70
2.4 Sobre a exceção.....	70
2.4.1 Procedimento do incidente de exceção.....	70

2.4.2	Acerca da suspeição do juiz – na CLT.....	72
2.4.2.1	Impedimentos do juiz – no CPC.....	73
2.4.2.2	Suspeição do juiz – no CPC.....	74
2.4.2.3	Do procedimento da exceção de suspeição ou de impedimento.....	74
2.4.3	Sobre a exceção de incompetência relativa – em razão do lugar.....	75
2.4.3.1	Exceção de incompetência relativa – CLT re- formada.....	94
2.5	Acerca da contestação.....	97
2.5.1	A contestação.....	97
2.5.2	Contestação e defesa processual.....	98
2.5.3	Importante: alegação de compensação e dedução.....	113
2.5.4	Estrutura formal de uma contestação.....	114
2.5.5	Contestação – preliminar – indeferimento da gratuidade de Justiça à parte reclamante.....	123
2.6	A reconvenção.....	130
2.6.1	O que é a reconvenção?.....	130
2.6.2	Acerca da reconvenção – legislação.....	130
<b>Capítulo III – DA AUDIÊNCIA.....</b>		<b>135</b>
3.1	Audiência – Horários e atrasos.....	135
3.2	Do comparecimento das partes em audiência.....	136
3.3	Representação do empregador: preposição – preposto.....	137
3.4	Do não comparecimento dos litigantes na audiência.....	142
3.4.1	Do arquivamento da ação – Lei 13.467/17.....	152
3.4.1.1	Do arquivamento da reclamação.....	152
3.4.2	Mitigação dos efeitos da revelia e novos efeitos da presença do advogado na audiência – Lei 13.467/17 – Reforma Trabalhista.....	161
3.4.3	Ausência da reclamada na audiência, revelia e confissão e ônus da prova no tocante à existência de relação de emprego e à jornada de trabalho.....	162
3.5	A audiência una e o seu fracionamento.....	166
3.6	O fracionamento da audiência. Art. 849 da CLT.....	166
3.7	Ausência das partes por motivo relevante.....	167

3.8	Cuidados com o pedido de adiamento da audiência.....	169
3.9	A importância da conciliação: uma mudança de paradigma.....	171
3.9.1	O princípio da conciliação.....	171
3.9.2	Quiz da conciliação .....	173
3.9.3	Observações importantes .....	177
3.9.3.1	A homologação do acordo constitui uma faculdade do juiz.....	177
3.9.3.2	Acordo – Incidência ou não de contribuição previdenciária .....	178
3.9.3.3	Possibilidades de negociação e o que pode ser objeto do acordo e de quitação.....	179
3.9.3.4	Acordo com quitação geral do extinto contrato de trabalho.....	179
3.10	Técnicas de conciliação.....	182
3.10.1	Técnica do silêncio .....	182
3.10.2	Audição da proposta implícita.....	183
3.10.3	Evitar o enfoque prospectivo .....	183
3.10.4	Inversão de papéis (empatia/validação).....	183
3.10.5	<i>Bode na sala</i> .....	184
3.10.6	Preposto sem autonomia (falso preposto).....	185
3.10.7	<i>Beliscada</i> .....	186
3.10.8	Não se impressionar com os ultimatos.....	187
3.10.9	Cuidado: o advogado <i>ex adverso</i> não é um inimigo.....	187
3.10.10	A busca pelo acordo, mesmo que parcial .....	188
3.10.11	Organização de questões e interesses.....	188
3.10.12	Compromisso e coerência .....	189
3.10.13	A política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito da justiça do trabalho: CONAPROC, NUPEMEC e CEJUSC .....	190
3.10.13.1	Mediação Pré-Processual .....	199
3.10.13.2	O Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais.....	199
3.10.13.3	O Portal da Conciliação .....	202
3.11	Homologação de acordo extrajudicial .....	202
3.12	A Irrecorribilidade do termo de conciliação judicial.....	210
3.13	Das provas em audiência .....	210

3.13.1	A distribuição do ônus da prova.....	211
3.13.1.1	A distribuição estática do ônus da prova.....	212
3.13.1.2	A distribuição dinâmica do ônus da prova.....	216
3.13.1.3	Não dependem de prova .....	219
3.14	Acerca da instrução processual.....	222
3.14.1	O interrogatório e a CLT.....	222
3.14.2	O depoimento das partes e o CPC.....	226
3.14.3	Da prova testemunhal.....	228
3.14.3.1	O comparecimento de testemunhas à audiência .....	230
3.14.3.2	A testemunha que não comparece à audiência .	231
3.14.3.3	Do depoimento da testemunha .....	232
3.14.3.4	Sobre a contradita de testemunha – e a subsidiariedade do CPC.....	232
3.14.3.5	Quem não pode depor como testemunha, segundo o CPC/2015.....	232
3.14.4	Contradita e preclusão .....	239
3.14.5	A inquirição das testemunhas .....	246
3.14.6	A testemunha, o compromisso de dizer a verdade e a multa prevista na CLT.....	248
3.14.7	Acerca da prova emprestada.....	251
3.14.8	Depoimentos e a postura dos advogados.....	257
3.15	Técnicas de interrogatório.....	258
3.15.1	O interrogatório das partes.....	259
3.15.2	Condutas para uma atuação eficiente em audiência.....	261
3.15.3	Perguntas a serem evitadas no interrogatório e/ou no contrainterrogatório.....	263
3.16	A audiência e a distribuição do ônus da prova: questionário de verificação prática.....	263
3.17	Da prova documental.....	281
3.17.1	Documentos trabalhistas típicos e a presunção relativa de verdade de seu conteúdo .....	283
3.17.2	Da oportunidade de juntada de prova documental.....	286
3.17.3	Da (i) licitude da prova documental – Gravação de Conversas.....	289

3.17.4	Videomonitoramento do ambiente de trabalho – Revis- tas em pertences do empregado .....	291
3.17.5	Monitoramento de correio eletrônico .....	294
3.18	A prova pericial (CLT).....	296
3.18.1	A prova pericial no CPC .....	298
3.18.2	Perícia e revelia.....	301
3.18.3	O laudo pericial e o livre convencimento do juiz.....	301
3.18.4	A prova técnica simplificada: novidade do CPC 2015.....	304
3.18.5	Honorários periciais – Lei nº 13.467/2017 .....	305
3.18.6	O cadastramento de peritos para atuação na Justiça do Trabalho.....	308
3.19	Acerca do trabalho do perito em casos envolvendo acidente de trabalho e doença ocupacional .....	313
3.20	Sobre a inspeção judicial .....	327
3.21	Acerca das audiências Telepresenciais – Pandemia Covid-19.....	328
3.21.1	A Covid-19 e a natureza essencial da atividade jurisdic- cional .....	328
3.21.1.1	Pandemia covid 19 – registro histórico das atividades da justiça do trabalho .....	329
3.21.2	A retomada das atividades jurisdicionais, porém com a vedação ao trabalho presencial – Resolução nº 314/2020 – CNJ .....	331
3.21.3	Videoconferências em audiências.....	332
3.21.4	A retomada gradual dos atos jurisdicionais – Audiências telepresenciais.....	333
3.21.5	Preparativos para a realização da audiência telepresen- cial.....	334
3.21.6	Cuidados do(a) secretário(a) de audiência para o uso da sala de audiência presencial.....	334
3.21.7	Da orientação às partes e procuradores quanto ao for- necimento de contatos .....	335
3.21.8	Quando a parte pretende a oitiva de testemunha.....	335
3.21.9	Oitiva da testemunha – Cuidados .....	336
3.21.10	Da audiência de conciliação sem a presença das partes	336
3.21.11	Do ingresso das partes e advogados na sala virtual de audiência.....	336

3.21.12	Da gravação da audiência e da necessidade de ata .....	337
3.21.13	Falha durante a transmissão da audiência virtual.....	337
3.21.14	A gravação da audiência telepresencial poderá ser des- cartada .....	337
3.21.15	Solicitação de audiência visando conciliação.....	337
3.21.16	Cartas precatórias.....	337
3.21.17	Da vestimenta adequada .....	338
3.21.18	Da resistência à audiência telepresencial .....	338
3.21.18.1	O dever geral de cooperação e boa-fé e a razoável duração do processo.....	338
3.21.18.2	A coleta prévia de provas e preparação de defesa .....	339
3.21.18.3	Da suposta faculdade da parte em não aderir à audiência telepresencial.....	339
3.21.18.4	Da oscilação do sinal de internet e da dificul- dade com o uso da tecnologia.....	344
3.21.19	Da instrução processual e da garantia de incomunica- bilidade de partes e de testemunhas.....	347
3.21.20	A prova técnica simplificada telepresencial .....	348
3.21.21	Da publicidade da audiência por videoconferência – Aca- dêmicos de direito e terceiros podem assisti-la .....	348
3.21.22	Sustentações orais telepresenciais em sessões do TRT..	349
3.22	Honorários advocatícios sucumbenciais.....	349
<b>Capítulo IV – RAZÕES FINAIS E SUA UTILIDADE .....</b>		<b>359</b>
<b>Capítulo V – ACERCA DA ÚLTIMA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO ..</b>		<b>361</b>
<b>Capítulo VI – SOBRE VERBAS RESCISÓRIAS E SUA APURAÇÃO....</b>		<b>363</b>
6.1	Aviso prévio.....	363
6.1.1	Aviso prévio – prazo para a sua concessão. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço .....	363
6.1.2	Aviso prévio indenizado .....	366
6.1.3	Efeitos do aviso prévio no contrato .....	366
6.1.4	A ocorrência de infração trabalhista no curso do aviso prévio trabalhado. Justa Causa e Rescisão indireta.....	369

6.1.5	Verbas rescisórias de natureza indenizatória não devidas no caso de justa causa.....	370
6.1.6	Falta patronal no curso do aviso – rescisão indireta .....	371
6.1.7	Verbas rescisórias devidas na rescisão indireta – justa causa patronal.....	371
6.1.8	Apuração do aviso prévio .....	372
6.2	Apuração do 13º salário.....	372
6.3	Apuração de férias, com 1/3 .....	373
6.4	Apuração do fgts e multa de 40%.....	375
6.5	Apuração das horas extras.....	377

**Capítulo VII – REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017  
– SUBSÍDIOS DE DIREITO MATERIAL PARA UMA ATUAÇÃO EFICIENTE EM AUDIÊNCIA..... 379**

7.1	Não é mais obrigatória a assistência sindical ou do ministério do trabalho para homologação de pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão .....	379
7.2	Férias: possibilidade de fracionamento .....	380
7.3	As férias não mais poderão ter início na véspera de feriados e do repouso semanal .....	381
7.4	Foi unificado o prazo para o empregador pagar a rescisão contratual.....	381
7.5	Foi autorizada a terceirização ampla, tanto da atividade-meio, quanto da atividade-fim da empresa.....	382
7.6	Mulheres trabalhadoras – acabou o intervalo obrigatório de descanso (15 min) antes de iniciar o cumprimento de horas extras.....	386
7.7	Gestantes e lactantes passaram a poder trabalhar em ambiente e atividades de insalubridade média e mínima .....	386
7.8	Os horários dos descansos para amamentação poderão ser definidos em acordo individual entre patrão e empregado.....	390
7.9	Algumas parcelas pagas ao empregado não mais integram a remuneração e nem gerarão reflexos em outras verbas contratuais .....	391
7.10	Ficou mais difícil o empregado conseguir equiparação salarial com um colega da mesma empresa.....	394

7.11	Não é mais necessário firmar convenção coletiva ou acordo coletivo para a adoção do regime de trabalho 12 x 36.....	396
7.12	O intervalo para repouso e alimentação no trabalho na escala 12 x 36 poderá ser indenizado ao invés de usufruído.....	398
7.13	Escala 12 x 36 – o pagamento pelo intervalo suprimido não mais refletirá nas outras verbas contratuais.....	399
7.14	Escala 12 x 36 – a remuneração ajustada para quem trabalhar na escala 12 x 36 já contempla os domingos e feriados trabalhados .....	400
7.15	Escala 12 x 36 e o trabalho insalubre – dispensa de autorização do ministério do trabalho .....	401
7.16	A escala 12 x 36 e o fim da remuneração da hora noturna prorrogada.....	402
7.17	Escala 12 x 36 – a prestação de horas extras habituais não mais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas .....	403
7.18	Horas <i>in itinere</i> ou horas de percurso não configuram tempo à disposição do empregador .....	404
7.19	As horas <i>in itinere</i> e o acidente de trabalho de percurso .....	406
7.20	Intervalo intrajornada parcialmente usufruído e o direito limitado ao pagamento do tempo de intervalo restante .....	407
7.21	A reparação do dano extrapatrimonial e SUA parametrização – ADI 6.050, 6.082 e 6.069 .....	409
7.23	O direito de imagem do empregado e o uso de uniforme com logomarca dos parceiros comerciais do empregador ou dos produtos deste.....	417
7.24	Teletrabalho e horas extras .....	418
7.24.1	Teletrabalho: previsão contratual como requisito para a sua adoção.....	422
7.25	Férias: fracionamento – empregados menores e os maiores de 50 anos .....	422
7.26	A reforma trabalhista e a duração de convenção coletiva limitada a dois anos – vedação à ultratividade .....	422
7.27	Interrupção da prescrição apenas pelo ajuizamento de RT – OJ 392 da SDI 1-TST .....	423

7.28	A possibilidade de pactuação de cláusula compromissória de arbitragem – mitigação da atuação da justiça do trabalho.....	424
7.29	Plano de demissão voluntária (PDV) em CCT ou ACT – adesão e quitação plena .....	426
7.30	O termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria, com eficácia liberatória.	426
7.31	O autônomo com exclusividade e vinculado de forma contínua ao contratante sem ser empregado .....	427
7.32	O contrato de trabalho intermitente .....	428
7.33	A contagem de prazos processuais.....	432
7.34	O arquivamento da reclamação e a sua renovação: embaraço ao acesso à jurisdição.....	434
7.35	O abrandamento dos efeitos da revelia para o reclamado cujo advogado compareça à audiência munido de defesa.....	437
7.36	Até quando a reclamada poderá apresentar a sua defesa no processo judicial eletrônico – PJE? .....	438
7.37	Da desistência da reclamação no PJE.....	439
7.38	A Reforma trabalhista e a terceirização.....	443
7.38.1	Terceirização e quarentena .....	448
7.38.2	Da responsabilidade do contratante de serviço terceirizado no tocante às obrigações trabalhistas em sentido restrito .....	449
7.38.3	Terceirização e responsabilidade civil .....	449
7.39	A reforma trabalhista e o valor máximo a ser recolhido a título de custas processuais .....	451
7.40	Homologação de acordo extrajudicial e seu procedimento.....	451
7.41	O depósito recursal em conta vinculada ao juízo .....	453
7.42	O depósito recursal pela metade ou dispensado – inovação trazida pela reforma trabalhista .....	456
7.43	Sobre os honorários periciais provisórios .....	456
7.44	Honorários periciais definitivos a serem pagos ao perito da justiça.....	457
7.45	A reforma estabeleceu hipóteses que não podem ser configuradas como tempo à disposição do empregador .....	458
7.46	Equiparação salarial e discriminação por motivo de sexo ou etnia – previsão de multa.....	459

7.47	Pagamento rescisório – época própria – e possibilidade de pagamento via depósito bancário.....	459
7.48	Extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador (art. 484-A) .....	460
7.49	Reforma trabalhista – a prevalência do convenicionado sobre o legislado .....	462
7.50	A majoração da multa por empregado sem anotação em CTPS (Art. 47).....	465
7.51	Valor do gravame de hora extra – atualização para 50% conforme CF – (art. 59, § 1º).....	466
7.52	O cálculo das horas extras nos regimes 12 x 36, 12 x 24, 12 x 48, 24 x 24 e 24 x 48 .....	466
7.53	A lei da liberdade econômica e as alterações no tocante A registro de jornada de trabalho.....	471
7.54	Sobre assédio moral e assédio sexual no trabalho.....	473
7.54.1	Assédio Moral – Conceito.....	474
7.54.2	Tipos de assédio moral .....	476
7.54.2.1	Assédio moral interpessoal.....	476
7.54.2.1.1	Assédio moral vertical descendente, assédio moral horizontal, assédio moral vertical ascendente e assédio moral misto .....	478
7.54.2.2	Assédio moral organizacional ou institucional .....	479
7.54.3	Assédio moral no trabalho – Iniciativa .....	482
7.54.4	Os propósitos do assediador .....	483
7.54.5	O processo de assédio moral: elementos componentes e características .....	483
7.54.6	Assédio moral – vítimas mais frequentes.....	483
7.54.7	Condutas tipificadoras de assédio moral – as mais comuns.....	484
7.54.8	Assédio sexual – Conceito.....	487
7.54.8.1	Assédio sexual por chantagem (ou por intercâmbio).....	487
7.54.8.2	Assédio sexual ambiental (ou por intimidação) .....	488
7.54.8.3	Evidências de assédio sexual ambiental .....	488
7.54.9	Assédio moral e sexual – principais consequências .....	489

7.54.10 Provas do assédio.....	493
7.54.11 Efeitos jurídicos dos assédios moral e sexual no trabalho .....	493
7.54.12 Efeitos jurídicos quando o assédio é praticado por outro empregado e não pelo empregador.....	494
7.54.13 Assédio moral e assédio sexual – tipificação penal .....	494
7.54.14 Assédio moral no serviço público é considerado improbidade .....	495
7.54.15 Assédio moral e sexual no âmbito da advocacia.....	497
7.54.16 A responsabilidade civil do assediador, o tabelamento do dano moral e o dano em ricochete.....	498
7.54.17 Assédio moral e assédio sexual. Condutas a serem adotadas pela vítima e pelas pessoas que presenciam essas práticas abusivas .....	504

## **Capítulo VIII – A FASE DE EXECUÇÃO E O EFETIVO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA .....**

**509**

8.1 Reclamação trabalhista e pedidos líquidos – sentença líquida – considerável vantagem para a rápida execução da sentença.....	509
8.2 Limitação ao impulso oficial – execução de sentença.....	510
8.3 A aplicação da prescrição intercorrente no processo do trabalho	513
8.4 Liquidação da sentença – vista obrigatória às partes, para impugnação fundamentada da conta de liquidação.....	513
8.4.1 A ADC 58/DF e a correção monetária dos débitos trabalhistas .....	515
8.5 O rito da execução – a reforma trabalhista, a suposta modernidade e a eficiência do procedimento .....	518
8.6 Reforma trabalhista – penhora – inovações acerca da garantia do juízo .....	520
8.7 Reforma trabalhista – a inclusão do nome do devedor em cadastro de devedores – anotações no bndt – protesto – SERASAJUD	521
8.8 Reforma trabalhista – responsabilidades do sócio que se retira da sociedade – a reforma e a maior segurança jurídica.....	522
8.9 Reforma trabalhista – dificuldades para a caracterização do grupo econômico e restrição das medidas executivas.....	523
8.10 A reforma trabalhista e o incidente de descon sideração da personalidade jurídica do CPC.....	524

8.10.1	O IDPJ e a Lei da Liberdade Econômica .....	526
8.11	Sucessão de empregadores e as responsabilidades das empresas sucessora e sucedida .....	535
8.12	Ações visando a penhora de bens do devedor – ferramentas que auxiliam na identificação do patrimônio dos devedores e na sua apreensão.....	536
	PESQUISA PATRIMONIAL.....	537
	BACENJUD/SISBAJUD .....	538
	RENAJUD .....	541
	INFOJUD .....	544
	SIMBA 546	
	CCS .....	547
	CNIB .....	548
	PENHORA ON-LINE .....	549
	CAGED .....	549
	CENSEC .....	550
	COAF .....	550
	INFOSEG.....	551
	ANAC .....	552
	SNCR .....	552
	SERASAJUD .....	553
	FACEBOOK, INSTAGRAM E LINKEDIN .....	554
	GOOGLE E IZITO .....	555
	SITE DE BUSCA DE PROCESSOS JUDICIAIS.....	555
	QSA .....	557
	PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA.....	557
	COMPROT.....	558
	PROJETO GARIMPO: Tratamento Adequado dos Depósitos Ju- diciais em Processos Arquivados Definitivamente.....	559
8.13	Execução – cumprimento de sentença – outras medidas eficazes à entrega da prestação jurisdicional.....	563
8.13.1	A remoção imediata do bem móvel penhorado.....	566
8.13.2	Penhora no rosto dos autos de ações movidas pelo executado em outros ramos da jurisdição .....	566
8.13.3	Adjudicação antecipada.....	567
8.13.4	Penhora de bem de família suntuoso .....	567

8.13.5	Penhora de bem de família na execução de condenação decorrente de responsabilidade civil .....	568
8.13.6	Penhora de salários, de proventos de aposentadoria e de caderneta de poupança no CPC de 2015 .....	569
8.13.7	Medidas indutivas, coercitivas e mandamentais atípicas – retenção de passaporte, de CNH, de cartões de crédito e outras privações.....	574
8.13.8	A reforma trabalhista e a execução de honorários de sucumbência .....	580
8.13.9	Execução individual da decisão genérica proferida nos autos da ação coletiva.....	584
8.13.10	Acerca da possibilidade de parcelamento da dívida – Art. 916 do CPC.....	589
8.13.11	Centralização das execuções contra os grandes devedores – REEF e PEPT .....	597
	8.13.11.1 Plano Especial de Pagamento Trabalhista – PEPT .....	598
	8.13.11.2 Regime Especial de Execução Forçada – REEF	601
8.14	Execução direcionada à devedora subsidiária e a desnecessidade de exaurimento de todos os atos executivos em face da devedora principal .....	604
8.15	Execução em face de empresa de terceirização de serviço e a impossibilidade de bloqueio de seu crédito junto ao ente público tomador do serviço .....	606

<b>Capítulo IX – OUTROS IMPORTANTES SUBSÍDIOS RELATIVOS AO DIREITO PROCESSUAL E AO DIREITO MATERIAL DO TRABALHO .....</b>	<b>611</b>
9.1. Acidente de trabalho e responsabilidade civil.....	611
9.1.1 O conceito legal de acidente de trabalho.....	611
9.1.2 O acidente de trabalho e as lamentáveis estatísticas brasileiras.....	614
9.1.3 Acidentes de trabalho e as suas graves consequências jurídicas.....	616
9.1.4 Acidente de trabalho que não gera a morte do trabalhador e a reparação do dano patrimonial por ele sofrido.	619

9.1.5	Consequências jurídicas do acidente de trabalho com resultado morte .....	652
9.1.6	A idade limite para recebimento de pensão pelos filhos e o direito de acrescer dos beneficiários remanescentes .....	657
9.2	Alteração do contrato de trabalho e o princípio da inalterabilidade contratual unilateral lesiva ao empregado .....	659
9.3	Temas dos incidentes de recursos de revista repetitivos .....	669
	TEMA Nº 001. Dano moral. Exigência de certidão de antecedentes criminais. Candidato a emprego.....	669
	TEMA 002 Bancário. Horas Extras. Divisor. Bancos Públicos e Privados.....	670
	TEMA 003 Honorários Advocatícios Sucumbenciais .....	672
	TEMA 004 Multa do art. 475-J da Lei nº 5.869/73. Inaplicabilidade ao processo do trabalho .....	675
	TEMA 005 Adicional de insalubridade. Utilização de fones de ouvido. Operador de telemarketing.....	675
	TEMA 006 Responsabilidade subsidiária. Dono da Obra. Aplicação da Orientação Jurisprudencial 191 da SBDI-1 limitada à pessoa física ou micro e pequenas empresas .....	676
	TEMA 008 Agente de apoio socioeducativo da Fundação Casa. Adicional de Insalubridade. Laudo Pericial. Súmula 448, I, do TST.....	678
	TEMA 009 Repouso semanal remunerado – RSR – integração das horas extraordinárias habituais – repercussão nas demais parcelas salariais – bis in idem – edição de Súmula do TRT da 5ª Região contrária à jurisprudência iterativa e notória do TST (OJ Nº 394, DA sbdi-1, DO TST) .....	679
	TEMA 010 Direito ao adicional de periculosidade, decorrente da exposição do empregado à radiação ionizante oriunda de equipamento de Raio-X móvel em emergências e salas de cirurgia .....	679
	TEMA 012 SERPRO - Prêmio de Produtividade – Supressão – Prescrição .....	680
	TEMA 014 Intervalo intrajornada – concessão parcial – aplicação analógica do artigo 58, § 1º, da CLT.....	681

TEMA 015 Possibilidade de cumulação do 'Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa - AADC' com o 'Adicional de Periculosidade' , previsto no § 4º do art. 193 da CLT aos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, que desempenham a função de carteiro motorizado (Função Motorizada 'M' e 'MV'), utilizando-se de motocicletas. ....	682
TEMA 016 Adicional de Periculosidade. Artigo 193, inciso II, da CLT. Fundação Casa. Agente de Apoio Socioeducativo. Atividades e Operações Perigosas. Anexo 3 da NR 16 (Portaria 1.885/2013 - Ministério do Trabalho).....	683
TEMA 017 Cumulação de Adicionais de Periculosidade e de Insalubridade amparados em fatos geradores distintos e autônomos.....	684
TEMA 018 Definição da espécie e dos efeitos do litisconsórcio passivo nos casos de lide acerca da terceirização de serviços.....	685
<b>Capítulo X – SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TST EM MATÉRIA PROCESSUAL .....</b>	<b>687</b>
10.1 Súmulas.....	687
10.2 Orientação Jurisprudencial do TST.....	714
<b>Capítulo XI – O PROCESSO DO TRABALHO – FASE COGNITIVA – GUIA SINTÉTICO .....</b>	<b>721</b>